

O COORDENADOR PEDAGÓGICO: UMA FIGURA CHAVE À APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

THE EDUCATIONAL COUNSELOR: A KEY FIGURE TO THE LEARNING OF THE BENEFICIARY STUDENTS OF THE *BOLSA FAMÍLIA* BASIC INCOME PROGRAM

Luiza Carla da Silva Soares Assis¹

Geraldo de Assis Júnior²

RESUMO: O primeiro passo para entender a complexa relação entre a pobreza e a educação é reconhecer que estamos permeados em nosso cotidiano pelo primeiro elemento e que nos espaços educacionais ele também se faz presente. Nesse sentido, o coordenador pedagógico é um articulador, o qual busca harmonizar as relações no ambiente escolar, orienta as ações pedagógicas e desenvolve planos de formação para os professores. Essas formações são importantes para que os professores saibam como lidar com diversas situações, por exemplo, nas que os estudantes vivem em contexto de extrema pobreza. A partir disso, este trabalho, o qual consistiu em uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, emergiu na tentativa de trazer à tona os estudantes beneficiários do programa bolsa família, sobre os quais se buscou compreender a influência do coordenador pedagógico. Para este fim, foram estabelecidos como objetivos: demonstrar a importância da coordenação pedagógica e qual a(s) sua(s) função(ões); discutir sobre o programa Bolsa Família; e, por fim, identificar se existem, de fato, beneficiários do programa referenciado para possível levantamento do percentual correspondente a eles. Assim, os resultados aqui apresentados, a partir das informações coletadas, evidenciam a importância no coordenador pedagógico no ambiente escolar para aprendizagem dos estudantes beneficiários do programa bolsa família.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico; Pobreza; Bolsa Família; Formação de Professores.

ABSTRACT: The first step to understand the complex links between poverty and education is to recognize that we are permeated in our daily lives by the first element and that in the academic spaces it is also present. Hence, the educational counselor is an organizer, who seeks to balance the relationships in the school environment, guide the pedagogical actions and develop training plans for teachers. These training are important so that teachers know how to deal with many situations, for example, when the students live in a context of extreme poverty. From that, this work - which consisted of a research with a qualitative approach, of exploratory and bibliographic nature - arose from an attempt to bring into evidence the family basic income beneficiary students, over which it was attempted to understand the influence of the educational counselor. For this purpose, the following goals were set: to demonstrate the importance of the educational counselor and which are their functions; to discuss the family basic income program; and, finally, to identify whether, in fact, there are beneficiaries of the referenced program for a possible survey of the percentage corresponding to them. Thus, the results presented here, from the collected data,

1 Graduada em Licenciatura em Geografia (UESC) e Licenciatura em Pedagogia (UFBA). Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFBA. luizacarla.soares@gmail.com.

2 Doutor em Matemática (UFBA), Pesquisador e Docente do Departamento de Ciências exatas e Tecnológicas na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). gajunior@uesc.br.

highlight the value of the educational counselor in the school environment for the learning of beneficiary students.

Keywords: Educational Counselor; Poverty; Basic Income; Bolsa Família Program; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

O primeiro passo para entender a complexa relação da pobreza e educação é reconhecer a existência da pobreza, além de que estamos permeados em nosso cotidiano por ela, direta ou indiretamente. Em vista disso, nos espaços educacionais, em especial, no Brasil, ela também se faz presente.

Quando há o reconhecimento que a pobreza existe e que os pobres chegam à sala de aula, é necessário (re)pensar o trabalho pedagógico no ambiente educacional. A escola pública é reconhecida por sua função educativa, mas, ao refletir sobre sua função, Saviani (2012, p. 14) traz que “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado.” Contudo, para o professor Miguel Arroyo, ela precisa ultrapassar essa questão, pois “a escola como espaço social tem de ter uma função básica: ser o espaço sociocultural que o mundo do trabalho e a cidade negam ao trabalhador (ARROYO, 1991, p.50)”. Desta forma, a perspectiva da escola para além da transmissão de conhecimentos é ampliada, uma vez que o ambiente é visto como um espaço sociocultural.

Todavia, o espaço escolar nega o direito de os sujeitos saberem por qual motivo são pobres, pois no currículo “suas vivências ficam de fora ou entram como inferiores ou desqualificadas, como se não fossem conhecimentos”. (ARROYO, 2014, p.113). A falta de compreensão sobre por qual motivo encontram-se em situação socioeconomicamente precária corrobora para uma visão moralista e fatalista da pobreza, até mesmo para os sujeitos que são vítimas da injustiça social, além de provocar o sentimento chamado por Paulo Freire (2002) de autodesvalia, no qual o oprimido internaliza a visão que o seu opressor possui sobre ele. A letra da música *Madalena*, de Gilberto Gil (1972), é um reflexo deste cenário, no qual Madalena, chorando e com fome, vê o agronegócio e a pecuária prosperar, enquanto sua mãe, com as marcas do sofrimento, a consola, afirmando que “pobre não tem valor, pobre é sofrimento” e dispõe como único socorro a fé.

Nesta perspectiva, o professor Miguel Arroyo (2015, p.111) nos leva a pensar que “a ênfase nessa interpretação moralista da pobreza traz consequências para a escolarização dos(as) pobres. Isso ocorre porque os esforços escolares não priorizam garantir seu direito ao conhecimento, mas sua moralização”. Logo, o processo de escolarização, nessa configuração, tem contribuído para reforçar estereótipos e estigmas que agravam ainda mais as desigualdades sociais. Por outro lado, a escola é tida também como redentora dos pobres; uma visão não somente simplista, mas, sobretudo, perigosa, pois os persistentes períodos de recessão, estagnação econômica e concentração da riqueza têm levado ao crescimento desumano da pobreza extrema e, não contrário a isso, o aumento significativo da escolarização dos setores populares não impediu nem retrocedeu a condição socioeconômica dos desfavorecidos (ARROYO, 2014).

De acordo com o recente estudo divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), intitulado *Pobreza na Infância e na Adolescência*, 61% das

crianças e dos adolescentes brasileiros são afetados pela pobreza em suas múltiplas dimensões. É preciso dizer que o estudo foi desenvolvido com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), a qual é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) periodicamente. Assim, a pesquisa levou em consideração aspectos como renda, moradia, saneamento básico, água potável, acesso à educação e trabalho infantil. Neste âmbito, a questão financeira se mostrou a mais problemática, pois o levantamento indicou que entre 32 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, 18 milhões (34,3%) são afetados pela pobreza monetária, a qual se caracteriza como renda insuficiente para comprar uma cesta básica, com itens fundamentais para sua sobrevivência. Dessa maneira, tal dado comprova que milhares de crianças e adolescentes que chegam ao espaço escolar vivem no limite do viver.

Uma política pública que busca minimizar os impactos da pobreza é o Programa Bolsa Família, o qual busca aliar a política de transferência de renda às famílias com a garantia do direito à educação. No entanto, para receber o valor, o programa impõe uma condicionalidade: a frequência escolar dos mais novos.

No Brasil, famílias desterritorializadas, sem terra, sem teto e sem trabalho são números expressivos da população. E, infelizmente, esse contexto de pobreza é um dos fatores mais violentos e terríveis da produção dos outros como inferiores. Por isso, “para vê-la como questão social, torna-se obrigatório encará-la como uma questão política: como um problema do estado” (ARROYO, 2014, p. 100). Logo, faz-se necessário pensar em “o que significa para a educação trabalhar com pobres?” e, aliado a isto, “qual o papel do coordenador pedagógico diante dos estudantes beneficiários do programa bolsa família, filhos da classe trabalhadora?”.

No entanto, muitos dos profissionais da educação nunca tiveram acesso ao tema pobreza dentro dos componentes curriculares em suas graduações, apesar do Brasil possuir mais de 26 milhões de crianças e adolescentes na pobreza. Conforme estudos realizados por Assis e Yannoulas (2012), há preocupantes indícios em estudos desenvolvidos que revelam ser prioridade dos professores apenas os aspectos relacionados à aprendizagem, desconsiderando o quadro social dos estudantes em suas práticas pedagógicas. Essa informação traz ao campo do debate importantes reflexões, como, por exemplo, a necessidade de abordar práticas pedagógicas para o contexto da diversidade socioeconômica.

Diante do exposto, este ensaio buscou compreender o papel do coordenador pedagógico diante dos estudantes beneficiários do programa Bolsa Família. Para este fim, foi estabelecido como objetivos específicos: demonstrar a importância da coordenação pedagógica e pensar em qual a sua função dentro da realidade brasileira; além de discorrer sobre o programa bolsa família e identificar se existiam beneficiários da assistência, para possível levantamento de percentual correspondente dos estudantes beneficiários do programa. Portanto, o presente estudo consiste em uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, no qual os resultados serão apresentados, a partir das informações coletadas. Acerca da coleta de dados, é preciso informar que este processo foi realizado pela manhã, durante estágio curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, em um colégio estadual na cidade de Salvador - Bahia.

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: SABERES E FAZERES

A coordenação pedagógica se constitui em um importante campo dentro da unidade escolar, uma vez que busca alcançar êxito no processo pedagógico. O profissional a área é um articulador e responsável pela promoção e apoio as ações que compete ao aprendizado dos estudantes. Queiroz et al. (2012, p.36) afirma que a coordenação pedagógica atua

como um contrapeso às fragmentações do processo ensino e aprendizagem. Enquanto as fragmentações (matriz curricular, comunidades escolar e local, gestor e professor, etc) dividem o processo educativo, a coordenação, atuando de forma contrária, busca a sua unidade.

Logo, a coordenação nada mais é do que o processo de integração das diversas atividades desenvolvidas no ambiente organizacional, a fim de atingir os resultados estabelecidos. E, para que isso aconteça, o elemento fundamental é o coordenador pedagógico, o qual é um articulador e busca harmonizar as relações no ambiente escolar, além de orientar as ações pedagógicas, desenvolver planos de formação para os professores e atuar em prol da gestão participativa. Também faz parte do trabalho do coordenador pedagógico ajudar o gestor escolar no gerenciamento de recursos financeiros e de políticas como, por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). É preciso informar que as verbas destes programas devem ser utilizadas na aquisição de equipamentos permanentes e de uso diário, em reformas na unidade escolar e na contratação de mão de obra para isso, tal como na aquisição de alimentos e de materiais necessários para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Para Ribeiro (2016, p.75), existem desafios para a atuação satisfatória deste profissional, que consiste em

elaborar e fazer cumprir coletivamente o projeto político da escola, coordenar projetos de atividade, fiscalização do cumprimento da legislação que rege a educação, atentar-se para as necessidades educacionais e sociais, conhecer e compreender o perfil dos alunos, definir objetivos e metas educacionais, promover integração com outras instituições, promover as boas relações com as famílias dos alunos, promover a formação continuada dos professores, promover conjuntamente a avaliação do projeto político da escola e a avaliação institucional.

Portanto, é evidente que a responsabilidade do coordenador pedagógico é primordial, pois além de ter conhecimentos técnicos, precisa possuir também carisma e habilidade para se relacionar com os outros. Afinal, o dia a dia deste profissional se baseia na interação com o corpo escolar e as decisões tomadas devem se basear na escuta sensível e na dialogicidade.

Na escola, muitos profissionais podem vir a se sentir sozinhos diante de várias questões, nas quais eles nunca tiveram contato em seu cotidiano, nem no ambiente de formação inicial. Neste sentido, cabe ao coordenador pedagógico “chegar junto”, ajudar nas dificuldades e trabalhar em sinergia, visando o processo educativo.

Ao coordenador pedagógico, também compete acompanhar os alunos e, quando possível, fazer observação da prática pedagógica dos professores. Essa “observação” é no sentido de ajudá-los na melhoria de suas didáticas, através de uma relação de

respeito e formativa, não restringindo ao sentido de supervisão. Então, a observação deve ser vista como uma ação positiva, pois sempre se deve pensar no público que é atendido.

Na escola pública, por exemplo, os estudantes são pobres (ARROYO, 2017) e podem ser beneficiários do programa Bolsa Família, além de, parte das vezes, apresentarem uma distorção entre idade e série. Ademais, podem apresentar dificuldades em determinados conteúdos que não foram apreendidos desde as séries iniciais, nem se reconhecerem no currículo. Logo, o coordenador pedagógico, junto aos demais profissionais envolvidos no espaço educacional, deve (re)pensar o currículo da instituição e os métodos de ensino, dada a realidade do cenário escolar.

Miguel Arroyo (2017, p.153) afirma que a:

[...] maioria das escolas públicas é dos pobres, porque, quando uma família considera que já não é mais pobre, ela leva o filho para a escola privada. Caso essas famílias que subiram para a classe C percam o emprego, os filhos voltam para a escola pública, a dos pobres. Quando a pobreza se arremedia, foge-se dessas instituições; quando a pobreza cresce, volta-se para elas. A escola pública sempre foi dos pobres. Em nossa história, pobreza e escola pública são inseparáveis.

Portanto, reconhecer que vivemos em uma sociedade de classes e pensar em seu funcionamento como tal são fatores importantes para assumir o compromisso de estabelecer um currículo que lute contra as injustiças sociais. Inclusive, o coordenador pode trabalhar essa questão como conteúdo de formação, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e de gerir estratégias para incluir as vivências no currículo. Um aspecto interessante, por exemplo, seria pedir para que os professores narrem suas vivências de pobreza e de seus familiares, afinal, tal situação pode despertar empatia e reflexão sobre o contexto de vida dos seus alunos. A partir de então, os profissionais podem incorporar no exercício profissional questões sobre a pobreza e buscar caminhos que tornem inclusivas as práticas pedagógicas, para além de planejamentos estáticos e falhos.

Sobretudo, é preciso também considerar o aspecto escola - família, sobre o qual compete ao coordenador realizar um acompanhamento individualizado e continuado de cada aluno. Para tanto, a escola deve convidar as famílias para fazer parte deste processo pedagógico. No caso dos estudantes que recebem o Bolsa Família, existe uma condicionalidade que é a frequência escolar dos jovens, fato que, segundo Corrêa (2012), tem impactado na permanência escolar dos mesmos.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O programa Bolsa Família é um programa social que possui como intuito o de minimizar as desigualdades sociais. Ele:

[...] foi criado em outubro de 2003, através da unificação de programas já presentes no sistema de proteção social desde a segunda metade da década de 1990, como o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação (Bolsa Escola), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde (Bolsa Alimentação) e o Programa Auxílio-Gás. Em 2005, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) também foi incorporado ao PBF. O PBF é um programa de focalização nas famílias consideradas pobres e extremamente pobres (KERN; VIEIRA; FREGUGLIA, 2018, p.3-4).

Então, é notável que se trata de uma política a qual, ao longo dos anos, tem beneficiado muitas pessoas que vivem em condição de injustiça social. Afinal, o programa tem como principal meta garantir o acesso à saúde e à educação através de condicionalidades. E, quanto a condicionalidade correspondente ao foco do presente trabalho, é preciso atentar para a questão da matrícula e permanência escolar dos jovens, uma vez que os pais ou responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola. Não só isso, como a frequência escolar deve ser de 85% ou mais para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% para jovens entre 16 e 17 anos.

Por isso, nas situações em que as crianças e os adolescentes precisam faltar aulas, o coordenador pedagógico deve ser informado acerca do motivo de suas faltas, pois essas serão registradas no sistema para monitoramento da frequência escolar. Contudo, é preciso ter em mente que a frequência escolar é uma condição necessária, mas não garantia de aprendizagem. Sem uma rede de apoio, tanto na escola como no ambiente familiar, crianças e adolescentes de famílias pobres, com muita dificuldade, conseguem adquirir conhecimentos que possibilitem uma boa carreira profissional.

Neste aspecto, compete ao coordenador pedagógico, representante da escola, pensar em trabalhar essa questão nos momentos formativos dos professores, bem como informar sobre frequência regular ou não das crianças e/ou adolescentes, pois existe um formulário que a escola preenche e emite declaração, sempre que a ela é solicitado pelo órgão responsável pelo auxílio.

Como visto até aqui, o coordenador pedagógico é uma peça fundamental para a instituição, bem como muitas são suas atribuições. No centro dessas atribuições, sempre está o estudante e sua aprendizagem, por isso, pensar sobre quem é esse aluno, sua condição social e quais são as suas vivências, faz-se necessário para o desenvolvimento de ações pedagógicas eficazes.

ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: resultado do levantamento de informações.

Na sessão anterior, foi explicitado como o programa Bolsa Família é importante para muitas famílias pobres, assim como, qual a importância do coordenador pedagógico para a permanência dos estudantes dentro do programa que assistem esses grupos. Logo abaixo, encontram-se os dados coletados e analisados.

Quadro 1. Dados do Programa Bolsa Família do Colégio X

	Nº de discentes por turma	Bolsa Família 75%	Bolsa Família 85%	Bolsa Família total
1º ano	114	4	3	7
2º ano	122	11	2	13
3º ano	330	29	0	29
Total	566	44	5	49

Elaboração: autores

No **Gráfico 1** a seguir, apresenta-se a distribuição dos beneficiários do Bolsa Família na escola X por série. É possível ver que 14,29 % dos beneficiários estão no

1º ano, 23,53% estão no 2º ano e 59,18% estão no 3º ano. O percentual expressivo de beneficiários no terceiro ano se deve ao fato de ser a série com maior número de alunos, pois, como será evidenciado no gráfico posterior, o 2º ano é a série com mais beneficiários do programa, em termos relativos.

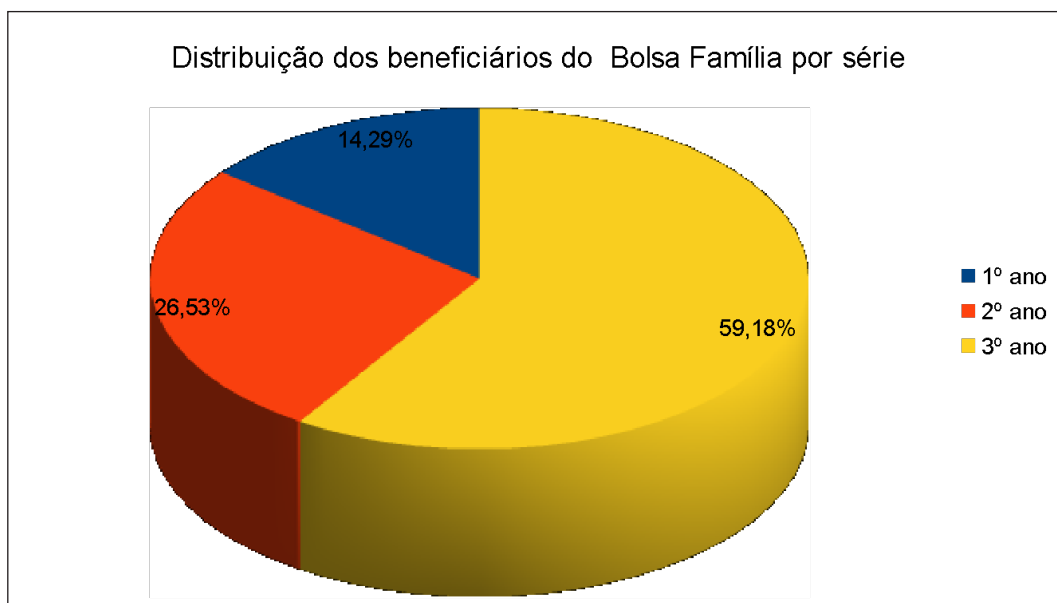


Gráfico 1. Distribuição dos beneficiários do bolsa família por série

Elaboração: autores

No **Gráfico 2**, apresentam-se a relação do número de beneficiários do Bolsa Família por série.

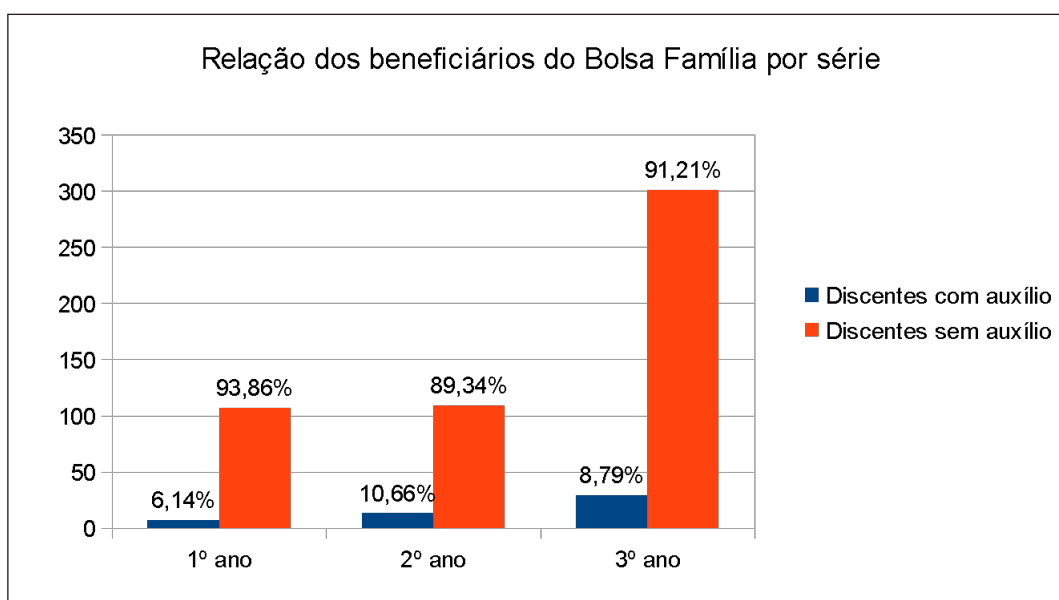


Gráfico 2. Relação dos benefícios do bolsa família por série

Elaboração: Autores

No **Gráfico 3**, evidencia-se que a grande maioria dos beneficiários, correspondente a 89,8% do *corpus* analisado, possui a frequência mínima necessária para manutenção do benefício.

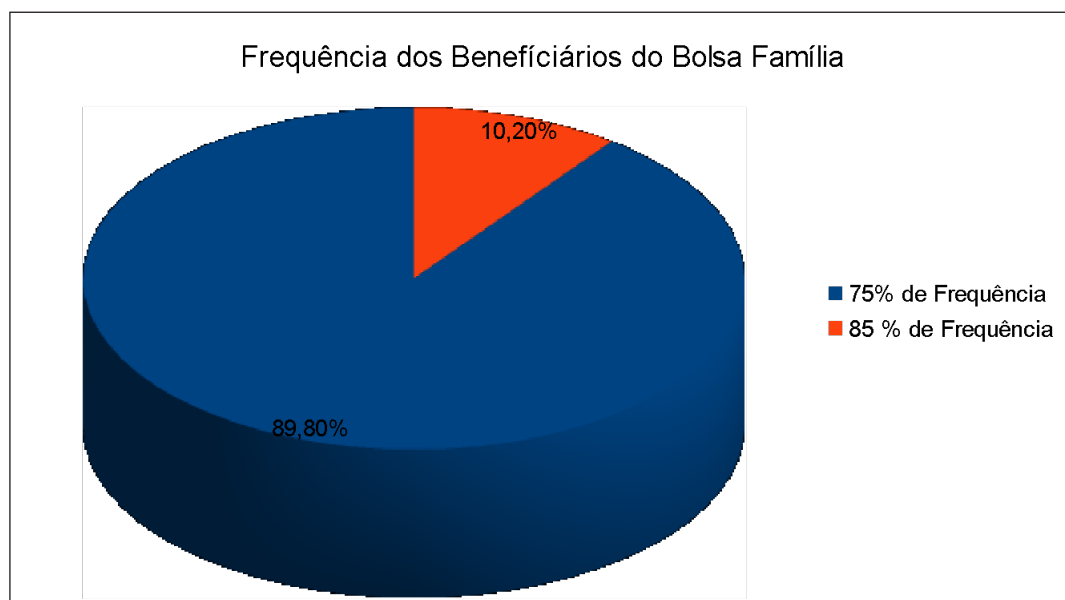


Gráfico 3. Dados da frequência dos beneficiários do programa bolsa família

Elaboração: autores

Através dos dados colhidos, é inquestionável que, no colégio em que foi realizada esta pesquisa, alguns estudantes vivem com o dinheiro o Bolsa Família. É preciso dizer ainda que o colégio em questão funciona em regime integral, mas muitos estudantes começaram a evadir, pois precisavam trabalhar pela tarde, segundo diálogos entre esta autora e os professores. Outros não frequentavam determinadas aulas pela tarde, pois tinham que colocar currículo em localidades que ofereciam emprego. Nesse contexto, as profissionais da coordenação pedagógica faziam uma espécie de ponte entre os estudantes e os professores, para que os alunos não fossem prejudicados, buscando a humanização do processo pedagógico. No entanto, nem todos os professores consideravam a realidade do estudante como algo significativo, restando aos alunos contar com a incerta empatia dos professores envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do coordenador pedagógico em uma instituição de ensino é bastante amplo e cansativo, pois envolve lidar com questões complexas. Cabe ao profissional em questão, coordenar as atividades no ambiente escolar e, principalmente, (re) pensar a formação pedagógica do professor.

O coordenador exerce posição de destaque quando se trata da intermediação entre currículo e professores. Isso é importante ser considerado, pois, através da formação, o professor será capaz de articular o currículo às realidades dos estudantes, ao contexto sociocultural e aos outros fatores que estão ligados à aprendizagem. Problemas como evasão escolar e indisciplina também são enfrentados com parceria entre o coordenador pedagógico, o gestor e os professores.

Uma das soluções para diminuir o aumento da evasão escolar e do abandono é o acesso ao programa Bolsa Família, o qual, para seu recebimento, condiciona que os estudantes cadastrados frequentem regularmente o ambiente escolar. “Neste sentido, se a baixa escolaridade constitui uma variável importante para o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, incluir e manter as crianças e adolescentes na escola torna-se emergencial.” (BRANDÃO; PEREIRA; DALT; 2013, p. 231). Dessa forma, compreende-se ser relevante ter conhecimento dos estudantes que recebem este benefício, bem como trabalhar na formação dos professores, no que tange os aspectos que condicionam nosso dia a dia, como, por exemplo, a possibilidade de seus estudantes estarem vivendo no limite do viver.

Assim, conclui-se que o coordenador pedagógico é um importante articulador e responsável pela formação continuada dos professores, ou seja, exerce importante papel no apoio e desenvolvimento de atividades direcionadas ao aprendizado dos estudantes do programa bolsa família. Cabe à escola oportunizar condições e apoio fundamental aos estudantes das classe populares, ajudando-os na superação de desigualdades e ampliação de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Módulo Introdutório** - Pobreza, desigualdades e educação. Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia FAGED/UFBA. 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/>> Acesso em 01/10/2019.

_____. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos In: **Por que pobreza?** Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2014.

_____. A escola possível é possível? In: ARROYO, Miguel (Org.). **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1991.

ASSIS, S. G.; YANNOULAS, S. C. A. pobreza na formação docente: a situação de pobreza na formação das futuras professoras. **Educação Unisinos** (Online), v. 16, p. 251/07-261, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.163.07/1202> Acesso em: 05 Nov. 2019

BRANDÃO, A.; PEREIRA, R. C.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 215-232, abr. 2013.

CORRÊA, J. S. As contribuições do programa bolsa família: inclusão e permanência escolar. As Contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência Escolar. In: **IX ANPED SUL** - Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012, Caxias do Sul. Anais do IX ANPED SUL, 2012. p.1-14. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2238/152>> . Acesso em: 01 nov. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KERN, A. P. ; VIEIRA, M. D.T. ; FREGUGLIA, R. S . Impactos do programa bolsa família na educação das crianças. In: **45º Encontro Nacional de Economia**, 2017, Natal. Anais do 45º Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Natal: ANPEC, 2017. v. 45. p. 1-20. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i12-00e6a236f55d70ceed173a082b0e15a9.pdf> . Acesso em: 01 nov. 2019.

QUEIROZ, C. A. S. et al. Desafios e perspectivas do coordenador pedagógica na atualidade. In: ALVES, I. M. A. A.; VENAS, R. F. (Orgs). **O coordenador pedagógico na escola contemporânea**. Salvador: Edufba, 2012.

RIBEIRO, R. M. C. O coordenador pedagógico na escola pública: dilemas, contradições e desafios de um profissional iniciante. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 59 - 78 Mai./Ago. 2016.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

UNICEF. **Pobreza na infância e na adolescência**. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza_infancia_adolescencia.pdf. Acesso em 01/10/2019.